Informações sobre o projeto ambiental

Título do projeto: *

Estratégias para proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) de nascentes e cursos d'água em propriedades rurais evitando o processo de judicialização.

Cidade(s) em que o projeto é (foi) desenvolvido? *

Chapecó/SC
Cordilheira Alta/SC

Categoria de inscrição: *

Obs.: Escolha apenas uma categoria abaixo para enquadramento do projeto ambiental participante.

Gestão Ambiental

Escreva um breve resumo do projeto, contendo o local onde é desenvolvido, seus principais objetivos e resultados ambientais: (O texto deve ter, obrigatoriamente, no mínimo 800 e no máximo 1.000 caracteres com espaços.) *

O objetivo do trabalho foi proporcionar suporte técnico e recursos materiais através de metodologia própria aos produtores rurais que tiveram nascentes identificadas nos municípios de Cordilheira Alta/SC e Chapecó/SC pela Promotoria Pública da Comarca de Chapecó/SC que necessitavam ser avaliadas em relação à proteção das Áreas de Preservação Permanente e fazer cumprir a legislação, evitando judicializar as irregularidades ou penalizar os produtores. A promotoria identificou 102 nascentes em 71 propriedades nos dois municípios. O trabalho resultou em levantamento de 91 propriedades rurais, identificadas 132 nascentes (21,21 ha) e 117 trechos de cursos d'água (62,69 ha), que foram isolados através de cercamento para proteção e/ou recuperação e 63 viveiros com 24 hectares de área alagada orientados para o licenciamento ambiental. Adotando estratégias de Governança Territorial e Educação Ambiental foi possível harmonizar o desenvolvimento com a preservação ambiental sem judicializar.

O projeto é decorrente de exigências de órgãos regulamentadores? *

- (●) Sim
- ( ) Não

Descreva o problema ambiental identificado no projeto: (Máx. 3.000 caracteres.) *

No ano de 2020 a Promotoria Pública da Comarca de Chapecó/SC identificou inicialmente 102 nascentes, em 71 propriedades nos municípios de Chapecó e Cordilheira Alta/SC, que necessitavam ser avaliadas em relação à situação da proteção das Áreas de Preservação Permanente em propriedades rurais nos municípios. A área faz parte da microbacia hidrográfica do Lajeado São José, principal manancial de abastecimento público da cidade de Chapecó/SC.
A Promotoria Pública encaminhou o relatório contendo os nomes dos proprietários e as localizações das propriedades para a Polícia Militar Ambiental (PMA), que iniciou as fiscalizações e notificações, causando desconforto e preocupação por parte dos produtores rurais, das lideranças e da equipe técnica. Em resumo a maioria das propriedades rurais poderiam ser notificadas e judicializadas.

Qual foi a solução encontrada? (Máx. 3.000 caracteres.) *

A estratégia inicial da metodologia adotada pela equipe técnica do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental (Consórcio Iberê), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Secretaria de Desenvolvimento Rural - Chapecó (SEDER) e Secretaria da Agricultura de Cordilheira Alta/SC, foi a convocação dos produtores rurais que tiveram as nascentes identificadas a participar de reunião técnica, para esclarecer sobre as implicâncias legais e proposta técnica de regularização sem penalidades e posteriormente negociar com a Promotoria Pública a execução da proposta. O encaminhamento da possível solução foi proposto pela equipe técnica para a Promotoria. Em resumo, contemplava o prazo de um ano para visitar as propriedades e, por meio de sensibilização e motivação através da Educação Ambiental, estimular os proprietários a cumprir a legislação, evitando judicializar as irregularidades ou penalizar os produtores.
A negociação do conflito de uso de APP, trazendo todas as partes interessadas para construir uma agenda comum, é um dos aspectos inovadores. A construção de uma agenda onde todos os atores têm um papel claro e responsabilidades sustentou o cronograma compartilhado. Com o bom diagnóstico da situação da área degradada realizado pelas equipes, pôde-se adotar medidas mais adequadas e tomar decisões sobre o método de restauração para cada área com a participação e construção coletiva.
A Promotoria Pública em todos os trabalhos foi representada pelo promotor em exercício. A Promotoria compreendeu a necessidade de aumentar os prazos de adequação ambiental confiando na estratégia metodológica da equipe técnica e entendendo da real situação financeira dos proprietários. O trabalho só foi possível através da união de esforços dos técnicos das instituições: Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental (Consórcio Iberê), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Secretaria de Desenvolvimento Rural – Chapecó (SEDER) e Secretaria da Agricultura de Cordilheira Alta/SC e o Ministério Público Comarca de Chapecó/SC (MPSC).

Descreva detalhadamente o que constitui(u) o projeto e de que forma é (ou foi) desenvolvido: (Máx. 5.000 caracteres.) *

A Promotoria Pública da Comarca de Chapecó/SC, solicitou aos municípios de Chapecó/SC e Cordilheira Alta/SC, com ciência do Consórcio Iberê, que localizasse as propriedades rurais, onde as nascentes foram identificadas, com o intuito de penalizar os proprietários onde as nascentes não estavam devidamente protegidas. Após localizadas pelos municípios as 71 propriedades, foi elaborado o relatório detalhado sobre a situação das nascentes e encaminhado o relatório para a Promotoria. O promotor sem a ciência do Consórcio Iberê e dos municípios encaminhou o relatório para a Polícia Militar Ambiental (PMA), realizar no prazo de 60 dias as fiscalizações e notificações das propriedades, causando desconforto e preocupação com a possibilidade de judicialização. Paralelamente ao fato da PMA estar fiscalizando as propriedades, a equipe técnica composta por profissionais do Consorcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental (Consórcio Iberê), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Secretaria de Desenvolvimento Rural - Chapecó (SEDER) e Secretaria da Agricultura de Cordilheira Alta/SC estavam realizando visitas técnicas relacionadas a proteção e/ou recuperação de APP. Para surpresa da equipe técnica, um produtor rural recém visitado informou que a PMA estava notificando as propriedades com nascentes sem a devida proteção. A equipe técnica de imediato fez contato com o responsável na PMA, solicitando a suspensão temporária da fiscalização. O Sargento informou que só poderia suspender o trabalho com ordem do Promotor. Mediante a situação encontrada, a equipe técnica elaborou um oficio ao Promotor Público solicitando a suspensão das fiscalizações, pois os trabalhos já estavam sendo realizados, inclusive nas mesmas propriedades que estavam na relação da fiscalização e explicando sobre a metodologia de trabalho do Consórcio Iberê que é baseada na Educação Ambiental. Como resposta, o Promotor deu o prazo de 90 dias para solucionar o problema. A estratégia usada de imediato pela equipe de técnicos das instituições foi a convocação dos proprietários para reunião técnica no dia 21 de dezembro de 2021 no auditório do Cepaf/Epagri Chapecó/SC, com o objetivo de esclarecer sobre as implicâncias legais da falta do isolamento das APP de nascentes, ao mesmo tempo sugerir uma proposta técnica de regularização sem penalidades, que contava da adequação ambiental não só da nascente identificada com irregularidade, mas também a regularização de outras nascentes, trechos de cursos d'água e orientação para ao processo de legalização da piscicultura, quando aplicável. Das 71 propriedades identificadas, 70 proprietários assinaram o termo de adesão, responsabilidade e comprometimento com o trabalho, que inclui cessar o dano causante da degradação das APP. A partir da reunião foi encaminhado a Promotoria ofício solicitando o prazo de um ano para visitar as propriedades e, por meio de sensibilização e motivação, estimular os proprietários a cumprir a legislação, evitando judicializar as irregularidades ou penalizar os produtores. A equipe elaborou junto com os proprietários calendário de visitas. Na sequência para cada propriedade foi elaborado um prontuário gerando o Relatório Ambiental da Propriedade (RAP), contendo informações das visitas técnicas na propriedade, dos registros fotográficos, dos mapas georreferenciados, identificação das inconformidades, com proposição de correções, levantamento da necessidade de materiais para o cercamento das áreas, aquisição e distribuição dos materiais, orientação e acompanhamento dos trabalhos de cercamento. O produtor recebeu uma cópia do prontuário e pode discutir com a equipe técnica as dúvidas e participar das proposições das adequações e correções em relação a sua propriedade. Consta da proposta também o isolamento da piscicultura, com a construção de cercas, podendo ou não ficar dentro da APP, protegendo a faixa obrigatória de nascentes e trechos de cursos d'água. A aquisição dos materiais para os isolamentos das APP com cercas foi viabilizada através de projetos técnicos de captação de recursos feitos pelo Consórcio Iberê em fontes financiadoras e distribuídos de forma gratuita aos proprietários que não possuíam recursos financeiros para arcar com esses custos, sendo a mão-de-obra custeada pelos proprietários. Os recursos são em parte provenientes de multas aplicadas pela Promotoria de Justiça em relação a outros delitos ambientais. A maioria das propriedades se caracteriza pela atividade de bovinocultura leiteira, sendo necessário isolar previamente a área delimitada construindo cercas, instalando passadores e bebedouros, adotando técnica proposta pelo Consórcio Iberê de regeneração natural, com o enriquecimento com o plantio de mudas de árvores nativas. Todo o trabalho resultou no mínimo de três visitas da equipe técnica em cada propriedade. O isolamento das APP foi feito de acordo com o Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 (2012).

Resultados numéricos do projeto. Quantifique em números os resultados obtidos: (Esta questão exige ao menos um resultado quantificado. Exemplo: 150 árvores foram plantadas; 10 mil litros de óleo reciclados; 22 escolas contempladas com o programa de educação ambiental; 5 mil copos plásticos poupados, etc.)

Resultado 1: *

91 propriedades rurais atendidas

Resultado 2:

132 nascentes com 21,21 ha protegidas e/ou recuperadas

Resultado 3:

117 trechos de cursos d'água com 62,69 ha protegidos e/ou recuperados

Resultado 4:

63 viveiros com 24 ha de área alagada orientados para o licenciamento ambiental.

Resultado 5:

01 tarde de campo realizada com 17 participantes

Resultado 6:

01 Encontro com 75 participantes

Resultado 7:

50 espécies de mudas de árvores nativas frutíferas plantadas

Resultado 8:

5 Reuniões com a Promotoria Pública

Resultado 9:

7 Relatórios elaborados (antes, durante e final do Projeto)

Resultado 10:

Outros indicadores numéricos do projeto:

Data de início do projeto: *

19 de maio de 2020

Número de participantes (remunerados):

5

Número de participantes (voluntários):

30

Investimento (R$) total com o projeto:

R$ 335.680,33

Número de pessoas beneficiadas:

273 pessoas atendidas de forma direta, 705 pessoas atendidas de forma indireta

Número de famílias beneficiadas:

91

Número de animais beneficiados:

Não se aplica

Número de espécies beneficiadas:

Não se aplica